

EDITORIAL

Uma espetacular jornada de mobilizações e protestos massivos em todo o Brasil ocorreu durante o mês de junho de 2013, e surpreendeu até os ativistas mais otimistas das organizações políticas e dos movimentos sociais. No processo histórico brasileiro já se fazia 20 anos que não ocorriam lutas massivas com essa magnitude, desde a juventude “cara pintada” no “Fora Collor”, em 1992.

Com multitudinárias manifestações de rua em todo o país, das capitais às cidades do interior, novamente a juventude desferiu a centelha de um terremoto político de grandes proporções, que pode ser medido pelos milhões de manifestantes que acreditaram na ação direta como forma privilegiada de reivindicar e demandar por mudanças na realidade social. Não esperaram o ano eleitoral. Preferiram ir às ruas, transbordando a democracia representativa burguesa.

Mas quais motivos levaram uma luta, que começou em São Paulo, contra o aumento da passagem do transporte público, a rapidamente se espalhar pelo Brasil como uma centelha? Passado o calor dos acontecimentos, nesse breve intervalo antes das próximas que certamente virão, resta-nos tentar compreender melhor o que houve. Isso pode ser feito sobre os mais diferentes olhares.

Mas aqui queremos tratar especificamente sobre o que as massas aprenderam para levantarem-se aos milhões em grande parte do Brasil. Quais processos educativos estiveram envolvidos nessas mobilizações multitudinárias, particularmente, no que se refere à relação entre Trabalho e Educação? O que podemos extrair de reflexões e perspectivas?

O CENÁRIO QUE ANTECEDE AS MANIFESTAÇÕES

Hoje somos a sexta economia mundial em meio ao cenário de crise do capital e, pelo que parece, o Brasil passou ileso ou, como nos foi dito anteriormente, a crise não passou de uma “marolinha”. Os brasileiros vivenciaram, neste último período, o aumento real do salário mínimo, que subiu cerca de 55% entre os anos de 2003 e 2011,¹ o poder de compra aumentou, ou melhor, o acesso da população ao crédito, sendo que, hoje, estamos entre os maiores consumidores de bens duráveis do planeta. É claro também que os inúmeros programas compensatórios, desenvolvidos durante o governo do Partido dos Trabalhadores como o Bolsa Família, o Programa Universidade para Todos e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, entre outros tantos, chegaram, em grande parte, às camadas populares. Sob essa ótica, parecemos estar diante de um cenário positivo no que tange à vida do povo brasileiro e do nosso país.

Mas o crescimento econômico não foi distribuído igualmente entre os trabalhadores e os donos do capital nesses 10 anos, apesar dos dados

¹ Cf. em <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> dados do DIEESE sobre cesta básica e salário mínimo. Acesso em 16 ago.2013.

acima. O óbvio, às vezes, necessita ser dito. Somos a sexta economia mundial, mas o Brasil continua a ocupar a incômoda 85ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH). A política econômica predominante nesses últimos 16 anos - de juros altos para privilegiar banqueiros e incentivos fiscais para a produção de *commodities* - associada aos compromissos com a dívida pública e suas metas é o grande responsável pela desigualdade social existente no Brasil.

A lucratividade dos bancos no país bateu e continua a bater recordes e mais recordes. Só no período 2012-2013, o Banco do Brasil faturou 10 bilhões,² enquanto que o Itaú-Unibanco faturou 7,2 bilhões. Nos últimos 16 anos, os bancos dobraram seus lucros, consecutivamente,³ auxiliados, luxuosamente, por uma política econômica, cambial e financeira de estimulação de atração de capitais para o Brasil. Diante desse quadro “convitativo”, muitos investidores preferem, pela rentabilidade dos investimentos endógenos no capital, atuar na “roda” financeira do que no setor de transformação.

Não que a economia brasileira seja apenas a especulação financeira. Aliás, a indústria de matéria-prima exportadora e o agronegócio, no período recente, foram fundamentais para garantir o crescimento econômico que colocou o Brasil na rota BRICS,⁴ permitiu as políticas compensatórias e o aumento no valor do salário. Apenas a título de exemplo, vejamos o caso da Vale: segundo dados da imprensa, publicados no início deste ano, a Vale não tinha prejuízo desde 2002.⁵ Por outro lado, o agronegócio acumulava, ao final de 2010, segundo declaração do ministro da Agricultura da época, mais de 60 bilhões de reais. Tudo isso graças, claro, a uma política de isenção fiscal e empréstimos “camaradas” do BNDES, no contexto de uma política econômica que favorece a entrada de capital ligado a multinacionais.

Mas esse crescimento tem um alto preço para o trabalhador. O poder aquisitivo do salário, mesmo em curva ascendente, continua em níveis baixíssimos quando comparado ao cálculo do salário-base do DIEESE, que é de R\$ 2.685,47, enquanto que o salário oficial de 2013 é de R\$ 678,00, ou seja, um valor que é ¼ daquele salário-base, quase 75% abaixo do necessário, segundo essa instituição. Também faz parte desse preço pago pelo trabalhador o embate com os industriais e latifundiários por melhores remunerações, os mesmos que consideram que a mão de obra tem um preço muito alto e que reclamam do “Custo Brasil”, apesar dos ganhos amplamente propagandeados pelo atual governo. Nada mais falso. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT),⁶ a média do salário pago por hora no Brasil é de US\$ 5,40 dólares, enquanto que na Dinamarca custa US\$

² Cf. em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/08/13/lucro-do-banco-do-brasil.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

³ Cf. em: <<http://www.ilaese.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Artigo-sobre-A-criese-da-industria-e-o-pacto-social-2012.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

⁴ Termo utilizado para se referir a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul como grandes mercados emergentes.

⁵ Cf. em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,vale-tem-1-prejuizo-trimestral-desde-2002-r-56-bilhoes,145411,0.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

⁶ Relatório Global sobre os Salários 2012/13: Salários e crescimento equitativo. Cf. em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/salariosglobalport_961.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2013.

34,80 e nos Estados Unidos US\$ 23,30, o que demonstra o quanto esse crescimento foi conquistado graças a muita espoliação do trabalhador em nosso país. Numa lista classificatória quanto ao valor médio do salário médio pago em 72 países, elaborada também pela OIT, o Brasil fica na frente de apenas 21, abaixo de países como Jamaica, Lituânia, Malásia, Botsuana e outros de economia menores.⁷

O endividamento público brasileiro está no centro da política econômica dos governos em todos esses anos, principalmente a partir da redemocratização, quando esta começa a se multiplicar em progressão geométrica com juros e amortizações impagáveis. A dívida pública, sem contar as metas de *superávits* primários, só no ano de 2012, consumiu 43,98% dos recursos federais, enquanto a Saúde recebeu apenas 4,17%, a Educação 3,34%, a Segurança 0,39%, os Transportes 0,7% e a Habitação apenas 0,01%.⁸

No entanto, é preciso ter a clareza de que o governo do Partido dos Trabalhadores assumiu para si uma tarefa inconciliável: gerir o capital, ao mesmo tempo em que tenta atender às demandas do viver da classe trabalhadora. As cidades que se construíram, centralmente, como o espaço para produção e reprodução do trabalhador, se tornaram cada vez mais um espaço hostil para se viver. Não são raros os relatos de trabalhadores que passam parte significativa do seu dia dentro de um ônibus em péssimas condições, seja para ir estudar e/ou para trabalhar, considerando ainda a variável do trânsito em horários “de pico”, na verdade, horários de deslocamento para o trabalho e para a escola. Grande parte do transporte público brasileiro está sob concessão de empresas privadas que, além de arrecadarem diariamente o dinheiro do valor da passagem, também são subsidiadas pelos municípios e contam com benefícios fiscais dos governos, e não só os municipais. O transporte público se une à precariedade e ao encarecimento comum dos demais serviços públicos.

As péssimas condições de moradia de grande parte da população, a especulação imobiliária e o despejo de várias famílias que residiam há anos em ocupações urbanas, como a ocupação “Pinheirinho”, situada em São José dos Campos, na grande região metropolitana de São Paulo – municípios e estado governados há mais de 16 anos pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) –, podem ser citados como mais exemplos de precarização.⁹ Acrescente-se a eles o descaso com a saúde pública, as péssimas condições de trabalho e a baixa remuneração dos trabalhadores da educação, que caracterizam, enfim, faces da mesma realidade. Nessa

⁷ Para saber mais sobre o salário médio por país, em relação à paridade do poder de compra em dólar americano, confira gráfico em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329_salario_include_jp.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2013.

⁸ Cf. em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/numeros-da-divida/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

⁹ Para cumprir uma ordem de reintegração de posse, expedida pela “justiça” do estado de São Paulo, em 22 de janeiro de 2012, a Polícia Militar de São Paulo e a Guarda Civil Metropolitana invadiram a ocupação e produziram o que ficou conhecido como “Massacre do Pinheirinho”, dada a truculência, a brutalidade, a demonstração de violência por parte das forças policiais de repressão na expulsão e intimidação dos moradores despejados. Procure nas ferramentas de busca eletrônica acerca do episódio e confira em: <<http://pt.globalvoicesonline.org/2012/01/24/brasil-pinheirinho-massacre/>> e <<http://br.video.search.yahoo.com/search/video?p=massacre+do+pinheirinho>>. Acessos em: 16 ago. 2013.

perspectiva, é compreensível entender por que a luta contra o aumento da passagem do transporte público mobilizou todo o país.

Os grandes eventos e a “corrida” anunciada pelo governo com as grandes obras para a Copa do Mundo intensificaram o caos vivido nas cidades, fizeram com o que povo fosse às ruas empunhando diversos cartazes e, dentre eles, um que merece nosso destaque: “Não é só por 20 centavos”.

DO RASTILHO DE PÓLVORA À EXPLOSÃO DAS MANIFESTAÇÕES

Da mesma forma que uma grande fogueira se inicia com uma pequena fagulha, a centelha de todo esse processo foi uma primeira manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre, de São Paulo, que reivindicava a redução da tarifa do ônibus e que reuniu cerca de cinco mil manifestantes de diversas organizações da juventude, da esquerda socialista e dos movimentos sociais diversos.

No dia 6 de junho, na Ocupação da Marginal Pinheiros, a repressão brutal da Polícia Militar se inicia. Com uma demonstração de força, o Estado utilizou a Polícia Militar não apenas para dispersar uma manifestação pacífica, mas como uma tática de intimidação violenta utilizada com o aval de ambos os governos, o da cidade e o do Estado, para aqueles que ousassem manifestar-se pela redução das passagens e, com isso, tentar diminuir a lucratividade dos empresários dos transportes coletivos, principais financiadores de campanhas eleitorais de todos os partidos da ordem. Além de negarem, contundentemente, qualquer tipo de negociação com o objetivo de revogar o aumento da passagem, ambos os governos orquestraram uma resposta midiática que tentou reduzir a manifestação a ações de vândalos, buscando criminalizar o movimento.

No dia 11 de junho, no entanto, o segundo ato, em São Paulo, já contava com a participação de mais de 10 mil pessoas e sofreu com a escalada da repressão policial, tanto a manifestantes quanto a jornalistas, numa batalha campal em frente à Catedral da Sé. Uma jornalista de São Paulo é atingida no olho, mais de 200 manifestantes são detidos, inúmeros manifestantes são feridos com tiros de borracha - e acima da cintura dos atingidos, contra os protocolos de utilização desse tipo de armamento, o que atesta a intencionalidade, consciente ou não, da truculência e da intolerância, não só da polícia como dos governos que representavam -, além de uma implacável perseguição da Tropa de Choque aos manifestantes. A repercussão é internacional e um clima de instabilidade política é gerado e se instalou, definitivamente. Já não era mais possível ignorar. Mas tanto a prefeitura quanto o governo do Estado de São Paulo insistiam em não ouvir as ruas.

O pavio se acende no dia 17 de junho de 2013 quando, no Largo do Batata, marcham mais de 60 mil pessoas como resposta à brutal repressão e se espalham manifestações de milhares de pessoas por todo o país, como no Rio de Janeiro, que reuniu 100 mil, em Belo Horizonte, mais de 50 mil, e outras dezenas de milhares em, no mínimo, nove capitais, além de cidades do interior. A partir daí, inúmeras manifestações de 50, 100, 300 mil pessoas brotaram nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife,

Fortaleza, Manaus e outras capitais brasileiras. As manifestações se multiplicavam com uma velocidade inacreditável e com números incríveis.

Rapidamente, com amplos setores das massas de jovens e de trabalhadores, tanto em solidariedade ao movimento de São Paulo quanto por reivindicações específicas das cidades onde se realizava a luta por direitos no transporte público, as manifestações ganharam uma dimensão nacional. O acirramento do conflito com as forças de segurança do Estado¹⁰ foi uma marca bastante evidente, e elemento catalisador para o desenvolvimento das mobilizações e também dos enfrentamentos. Muitos casos de ataques às instituições públicas do legislativo e do executivo, embriões de autodefesa e barricadas surgiram, diversos espaços de organização política se criaram, inúmeras formas de ação brotaram, algumas com uma contundência maior que outras, em ritmos desiguais e com diferentes organicidades.

O exemplo dado pelo movimento de São Paulo e também pelos movimentos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, durante a Copa das Confederações, sensibilizou e despertou uma revolta que estava com uma energia potencial acumulada durante muitos anos de experiência com a dura realidade brasileira - distante das estatísticas do crescimento econômico, ela guarda ainda formas desiguais e muito, mas muito, cruéis quanto aos direitos sociais - e que pôs fim à estabilidade da situação política que, até então, reinava, de certo modo e de forma relativa, no Brasil. Existiram muitos conflitos antes, é verdade, graves e muito violentos, às vezes com vitórias, mas, em grande parte, marcados por derrotas das forças pontuais que conseguiam trazer às ruas, diferente da torrente de junho.

Estima-se que tenham ido às ruas mais de 3 milhões de pessoas. O que ficou evidente foi que a reivindicação inicial da redução do preço da passagem foi a fagulha que transbordou para reivindicações políticas gerais e, mesmo que difusas, transformou-se numa espécie de questionamento geral das fundações que estruturam o regime social democrático burguês, pelo menos de forma concentrada nessa jornada de junho.

JUVENTUDE, ENERGIA REVOLUCIONÁRIA E O APRENDIZADO QUE VÊM DAS RUAS

Impressionante a força e o poder da juventude quando esta entra em cena na arena política. Com sua radicalidade, desloca a correlação de forças entre as classes sociais em luta. Repete-se, no Brasil, uma dinâmica universal do movimento social histórico recente, também conjuntural, em que a juventude cumpre um papel de protagonista e arrasta para a ação direta e a luta, com seu exemplo sagaz, amplos setores da sociedade.

Novamente, a juventude se expressou como sujeito social que pôs fogo na situação política. Os “caras-pintadas” são uma das referências para nosso país, mas essas manifestações atuais se explicam por referências mais contemporâneas, como os processos revolucionários que a juventude tem protagonizado em todo o mundo, como no Egito, na Turquia, na Tunísia e, agora, no Brasil também, com a sua entrada no mapa das grandes

¹⁰ O papel do aparelho repressivo do Estado (Exército, Marinha, Guarda Nacional, Aeronáutica, Polícia Militar, dentre outros) consiste em garantir pela força (física ou não) as condições políticas das reproduções das relações de produção, que são, em última instância, relações de exploração.

mobilizações que acontecem em diversas regiões do mundo. São processos que acontecem em regiões diferentes do planeta, mas que mantêm certos elementos de identificação mútua, cada um no seu contexto de ocorrência.

A composição social das mobilizações de junho foi um tema bastante debatido pela intelectualidade e pela imprensa brasileira. Ao mesmo tempo em que “celebraram” a vinda dessas manifestações da juventude que, outrora, para esses grupos, foi considerada apática e alienada, apressaram-se em condenar o “vandalismo” e toda espécie de quebra da ordem institucional. Outros opinaram que a juventude presente nas ruas era oriunda da classe média, portanto, composta de pessoas privilegiadas e conservadoras.¹¹

Ambas as posições se negam a compreender que existiu um elemento objetivo, que foi um questionamento aberto e escancarado das instituições do poder vigente. A juventude que foi às ruas é aquela que já trabalha nas mais precárias condições, estudam em escolas também em condições precárias e muitos já têm famílias constituídas. São aqueles que sentem, mais contundentemente, os efeitos do arrocho salarial, da jornada de trabalho extenuante junto à de estudo, além das dificuldades de acessar os bens básicos com qualidade, como transporte, saúde e educação pública.

Durante anos a experiência da juventude brasileira foi a de buscar as transformações pelas vias institucionais oferecidas, com uma expectativa de se cumprir essas mudanças através dos canais oferecidos pela democracia representativa. Mas a realidade mostrou, na prática e através da experiência acumulada com a negação desses direitos pelo Estado, os elementos práticos da vida que impulsionaram essas mobilizações ou mesmo a violência diversificada a que está exposta a juventude durante esse período de sua vida, seja nos ônibus lotados, seja no trabalho precário, seja nas dificuldades de acessar as políticas públicas de modo pleno. Haja vista que, nessa mesma realidade, os mecanismos democráticos são desvelados em sua verdadeira face: a submissão dos direitos aos interesses econômicos das classes no poder.

Outro fator decisivo para esse assenso foram as inúmeras mobilizações da juventude em outros países do mundo, já citados anteriormente, principalmente no Egito e na Turquia, que contaminou a realidade das lutas no Brasil. Mas um elemento interno foi a própria reação à violência policial contra manifestantes, o que gerou uma reação explosiva, numa demonstração de força do movimento de massa.

A grande maioria dos jovens que foi às ruas em junho o fazia pela primeira vez. E podemos dizer que, após um mês de intensas manifestações, todos aprenderam muito e não foram poucas as vitórias. Em primeiro lugar, a pressão que vinha das ruas conseguiu derrotar, politicamente e no conjunto, tanto o aparato repressor enfrentado, inicialmente, pelas manifestações, quanto os governos estaduais e municipais, o respaldado do governo federal e a exigência da grande mídia de contenção popular que lhes davam suporte.

¹¹ Cf. em <<http://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/06/17/efeito-datena-a-grande-midia-e-as-manifestacoes-pelo-passe-livre/>> as mudanças de posicionamento da mídia oficial durante as manifestações de junho. Acesso em: 16 ago. 2013.

Posteriormente, as manifestações romperam com o bloqueio dos governos estaduais e municipais, que foram obrigados a voltar atrás quanto ao aumento da passagem do transporte público. Essas conquistas ensinaram a uma geração de jovens, que nasceu e cresceu sob um regime neoliberal, que a luta cotidiana e a organização popular são capazes de mudar o rumo da história.

As lutas de junho também produziram uma intensa politização da população brasileira, que saiu da sua condição de passividade e assumiu o papel de sujeitos políticos de sua história. Podemos citar, como manifestação e exemplo de aprendizado das massas, as diversas Assembleias Populares ocorridas em Belo Horizonte, que se constituíram, gradualmente, em espaços de exercício da democracia direta e de participação popular, sendo que espaços semelhantes foram construídos também no Rio de Janeiro, com o Fórum de Lutas, e em São Paulo.

Todos esses elementos abordados aqui nos fazem refletir acerca de como os processos de formação da classe trabalhadora podem ser diversos e de que se torna cada vez mais necessário compreendê-los ao longo da história (da que se fez e da que se faz agora) e não de maneira distante ou isenta. De tudo o que vivemos e sentimos de maneira tão intensa, durante as manifestações de junho, podemos dizer que os trabalhadores que foram às ruas, ainda bem, já não são mais os mesmos.

*

Abrimos esta edição da revista com uma publicação mexicana, na nossa seção de ARTIGOS: *Acompañamiento para la formación de directores principiantes de educación secundaria en México*, de Claudia Navarro Corona, Graciela Cordero Arroyo e Rosa María Torres Hernández. As autoras abordam a formação de diretores do ensino secundário no estado de Baja Califórnia, no México, e têm por objetivo analisar as condições organizacionais do sistema de educação mexicano para a formulação e implementação de um programa que vise à orientação e à formação de diretores em início de carreira no ensino secundário. Para isso, entrevistaram quatro diretores do ensino secundário com experiência na função, lançando mão de uma abordagem interpretativa na análise das entrevistas. As conclusões a que chegaram, levando em conta uma proposta de formação de diretores iniciantes envolvendo equipes de trabalho com um diretor-tutor e dois a três diretores iniciantes, consideram que um esquema de formação do tipo sugerido nas entrevistas, entre outras providências, “requer negociações junto às autoridades responsáveis pelas políticas públicas de educação e com os próprios diretores, com o objetivo de flexibilizar as diversas regras no sistema que, porventura, possam prejudicar o bom andamento do processo de formação”.

Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho, o artigo que se segue, de autoria do ergonomista francês Jacques Duraffourg, foi publicado, originalmente, na *Revista do DIEESE*, Emprego e Desenvolvimento Tecnológico - Brasil e contexto internacional, em 1998. A autorização para esta nova publicação do artigo foi, gentilmente, concedida à

Trabalho & Educação e acreditamos poder contribuir, com a sua publicação, para que um número maior de pesquisadores(as) tenha acesso ao texto e não só no campo de pesquisa em ergonomia da atividade. Mantivemos, *ipsis literis*, a tradução original da professora Maria Lúcia Salles Boudet, com alguns pequenos ajustes às normas de publicação da revista com o objetivo de privilegiar a legibilidade e a fluência na leitura do texto. Duraffourg lança mão de “histórias reais, coletadas na experiência como ergonomista na França” para discutir questões como: “O que é trabalhar? Quais são os saberes engendrados no próprio ato de trabalho? Como eles se constituem e se transmitem? Quais são os limites de um conhecimento sobre o trabalho que não prescinde de sua própria experiência?” A experiência do trabalho como central para qualquer empreendimento é evidenciada ao longo do texto e o autor não nos oferece apenas respostas teóricas, alertando-nos “para a importância de conhecer o trabalho do ponto de vista da atividade daqueles que o realizam” e como esse entendimento e/ou essa abordagem pode transformar esse mesmo trabalho “de um ponto de vista prático”.

Em *Percepções de infância e adolescência no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na literatura acadêmica*, Larissa Escarce Bento Wollz, Eduardo Navarro Stotz e Mary Rangel empreendem uma revisão de literatura realizada, a partir da qual evidenciam as percepções sobre infância e adolescência na produção acadêmica sobre assentamentos e acampamentos ligados a esse movimento social, principalmente aquelas ligadas à saúde e ao trabalho. Partindo de uma abordagem teórica sobre o sujeito social camponês baseada em autores como Marx e Chayanov para chegar à abordagem da questão agrária brasileira e a uma contextualização sobre o MST, os autores utilizaram, como fontes, plataformas eletrônicas de periódicos indexados pela SciELO, pela LILACS e pela CAPES para a revisão a que se propuseram. Nessas plataformas, realizaram o levantamento da produção acadêmica que utilizaram a partir das palavras-chave relacionadas à infância, adolescência e ao MST, além de outras combinações, para levantar 129 artigos em que buscaram identificar as singularidades da produção e da reprodução da vida camponesa. Dentro disso, buscaram ainda explicitar como se colocam esses sujeitos na vida social no campo, no interior desse movimento e como se contrapõem as diversas produções que se propõem a estudar esses espaços. Ao final do estudo, os autores reconhecem três tipos diferentes de abordagens sobre esses temas: “Análises comparativas entre infância e adolescência do/no meio rural e urbano”; “Políticas, práticas pedagógicas e especificidades da educação do campo”; e, finalmente, “A vivência da infância e adolescência do/no MST”.

Uma temática que perpassa as várias lutas e os movimentos sociais no campo atravessa o artigo a seguir: *Trabalho infantil: um desafio social à educação do campo. As crianças trabalhadoras na Ilha do Galeão, Cairu-BA*. Nesse estudo, Solange Oliveira da Silva mergulha na realidade das crianças-trabalhadoras do litoral da Bahia para nos apresentar uma investigação dos fatores que levam as crianças a trabalhar e quais são as consequências no seu desempenho escolar e, particularmente, na sua aprendizagem. No decorrer do artigo, a autora nos coloca diante dos motivos que levam essas crianças ao “fracasso escolar” e à negação de sua infância, como também discute sobre as possibilidades pedagógicas que estão sendo implementadas

pelas escolas, na busca de uma melhor qualidade da educação oferecida na região. Discute ainda algumas das políticas públicas de combate ao trabalho infantil, enfatizando que “sendo o trabalho infantil prejudicial ao desenvolvimento integral da criança, precisa ser questionado para quebrar barreiras em defesa dos seus direitos”, o que pode ser percebido nas “possibilidades pedagógicas que estão sendo implementadas pelas escolas na busca de uma melhor qualidade da educação do/no campo”.

É ainda o campo o cenário de *Aspectos que potencializam a contaminação do trabalhador rural aos agrotóxicos: uma revisão integrativa*, de Ticyanna Kallynne Simões de Farias Mascarenha e Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa. As autoras apresentam, a partir da análise de 10 artigos datados de 2005 a 2012, todos de conteúdo nacional, uma dupla abordagem sobre os motivos que levam à contaminação dos trabalhadores rurais por agrotóxicos. As autoras indicam que a maioria das publicações revisadas “persiste em considerar as deficiências do aplicador como principais determinantes potencializadores da contaminação por agrotóxicos entre moradores do meio rural”, ainda que alguns poucos estudos busquem compreender a complexidade da temática e atestem que “os principais fatores responsáveis pelos níveis de contaminação encontrados atualmente são a inexistência de uma política mais efetiva” para a comercialização, o uso, a disseminação e o acompanhamento no uso dos agrotóxicos, além de “aconselhamento técnico adequado e educação continuada acerca do assunto com os profissionais de saúde e educação”.

Roberto Márcio Gomes de Rezende também trata dos movimentos sociais em *A Educação de Jovens e Adultos e os movimentos sociais: alguns apontamentos*. O autor analisa a EJA “para além de sua redução a uma modalidade de ensino” e discute o “seu caráter marcadamente legal e oficial”. Formula uma crítica que procura superar a concepção na qual a EJA é vista de forma fragmentada, “nas escolas, no campo, como formação profissional e outras” a partir da perspectiva de oferta propiciada pelo Estado. Sustentando no artigo a posição de que a EJA se constitui, a partir da sua relação com os movimentos sociais, como o conjunto de formas de aprendizagem que se dão no interior da produção e reprodução da existência, o autor sinaliza a perspectiva de uma visão ampliada do fenômeno educativo, cuja base seria construída na busca de unidade entre ações diversas de mobilização e de organização na luta das classes subalternas por uma nova hegemonia na sociedade. Isso, de acordo com a análise que realiza, não se daria sem que os diversos locais de prática social se constituíssem, de fato, em espaços de educação-formação de jovens e adultos.

Fernanda Mendes Carvalho e Silvani dos Santos Valentim abordam a temática da formação profissional de nível médio no artigo sobre *As opiniões dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente (PEP) sobre o ensino, corpo docente e mercado de trabalho*. A pesquisa das autoras tem como objeto o Programa de Educação Profissionalizante (PEP), em Belo Horizonte, “proposto pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em 2007”, cujo objetivo é “qualificar para o trabalho alunos do ensino médio das escolas estaduais e jovens e adultos que já concluíram o ensino médio em qualquer rede”. As autoras centram o olhar no relacionamento desses alunos com o corpo docente e nas suas expectativas quanto à inserção no mercado

de trabalho. Para isso, trabalham com a utilização de questionários semiestruturados na consulta a 78 estudantes participantes do PEP no Curso Técnico em Meio Ambiente. A análise dos dados obtidos indica que a manutenção de uma relação informal e aberta, além da obtenção de atitudes comprometidas com a formação crítica e com iniciativas de encorajamento na busca pela aprendizagem, são aspectos significativos explicitados pelos estudantes. O interesse de inserção no mercado de trabalho, uma vez formado, é significativo, mas tem na ausência de práticas adequadas à qualificação um fator que gera insegurança na atuação profissional. A necessidade de aprofundamento e de complementação da formação com outros cursos justifica a preocupação desses estudantes com a continuidade dos estudos em nível superior, mais do que ingressar imediatamente no mercado de trabalho, aspectos que, segundo os dados indicados pelos questionários, têm um acompanhamento significativo dos professores, que influem positivamente na formação dos futuros profissionais.

A formação profissional também perpassa, numa perspectiva histórica, o artigo de Valéria Matos Leitão Medeiros, Jocileide Bidô Carvalho Leite e Maria Zuleide da Costa Pereira, *Trajetória Histórica das Políticas Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil*. As autoras, de fato, empreendem aproximações históricas sobre a Política Curricular para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), tendo como referência e ponto de partida um período que começa em meados da década de 1990. Realizam uma análise dessas políticas, verificando os pontos de articulação com diálogos, reflexões, argumentações e aportes teóricos de pesquisadores que se debruçam sobre a temática e ressaltam que uma das grandes questões a serem enfrentadas “reside na dificuldade de articulação discursiva do pluralismo de valores envolvidos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, em cujas práticas não se identificam ações capazes de abarcar todos os sentidos a ela atribuídos. As autoras consideram que essa dificuldade é evidenciada na busca de “relacionar universalismos e particularismos” diante da “constituição antagônica das diversas identidades envolvidas” na construção e implementação das Políticas Curriculares para EPTNM.

A Ergologia é o objeto de estudo de Edvalter Becker Holz, de modo mais específico a discussão de uma analogia no artigo *Dispositivo Dinâmico de Três Polos [DD3P] e metodologia geral em Ciências Sociais: discutindo uma analogia*. O autor estabelece uma relação de analogia e convergência, comparando os polos do DD3P com os polos da Metodologia Geral nas Ciências Sociais, procurando averiguar “se as funções de ambos são, de algum modo, correlatas e se os fluxos e exigências internas” da metodologia que “assegura a legitimidade de uma pesquisa nas Ciências Sociais” também estão presentes no dispositivo utilizado na Ergologia. O autor vai evidenciar que as funções exercidas pela Metodologia Geral também estão presentes no DD3P e que este se apresenta “dentro do rigor e do cuidado metodológicos indispensáveis na prática de pesquisa em Ciências Sociais”. Ao finalizar, o autor revela a intenção de que, ao explicitar a discussão a que se propõe, ela também possa “incentivar a aproximação dos Estudos Organizacionais brasileiros com a Ergologia”, considerando ainda a pluridisciplinaridade como ponto de destaque nas abordagens ergológicas e que os pontos

apresentados no estudo “podem servir de passo inicial para compreensão desta metodologia por novos pesquisadores”.

Parafrazeando a canção popular, *Das dores e delícias do trabalho docente: uma análise do trabalho*, de Deise de Souza Dias, Maria Elizabeth Barros, Olga Inês Vianna Silva e Gioconda Machado Campos, apresenta uma pesquisa realizada junto a um coletivo de 20 professoras de uma escola da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, procurando identificar pontos de tensionamentos que dificultavam a ação docente e assim realizar o desenho de possíveis estratégias de intervenção que permitisse melhorar as condições para o trabalho docente. A partir do referencial teórico-metodológico da Ergologia, o objetivo dessa pesquisa caminha na direção de vislumbrar a “desnaturalização da tríade dor-desprazer-trabalho docente” através do debate no coletivo de professoras, o que permitiu dar visibilidade aos conflitos cotidianos no confronto das ideias e opiniões das participantes. Os espaços coletivos que reunissem as trabalhadoras em diálogos para discutir os temas cotidianos nos quais estão envolvidos os docentes podem, segundo as autoras, instrumentalizar a dinâmica do grupo de professores da instituição. São esses espaços que “deveriam ser utilizados para pensar o cotidiano, os modos de vida e para produzir estratégias compartilhadas e promover saúde”, uma vez que é urgente repensar “as diretrizes que devem nortear os processos de trabalho/saúde no âmbito das escolas no Brasil” com vistas à “construção permanente de relações e ambientes de trabalho saudáveis. É também importante observar o indicativo das autoras de que “as pesquisas sobre a saúde do trabalhador docente são ainda muito escassas em nosso país”, o que denota uma lacuna que explica bastante acerca da preocupação (ou ausência dela) com o trabalhador e com o trabalho em si e que, além disso, as pesquisas que encontraram, na sua maioria, “têm como foco a doença e não a produção de saúde”. Para além da discussão acerca da *produção da saúde* e de sua promoção nos processos de trabalho, particularmente o trabalho docente, está em pauta o trato da questão a partir do coletivo dos(as) trabalhadores(as) da educação, com sua participação ativa e efetiva.

As relações de gênero no mundo do trabalho e na política são os temas fundamentais de *Trabalho e relações de gênero na política: mulheres em cargos de comando nos altos escalões do governo do Estado de Minas Gerais*, de Raquel Quirino e Tatiane Franco Puiati, que estudaram a trajetória de cinco mulheres que ocupavam altos cargos no executivo estadual de Minas Gerais. As autoras lançaram mão do uso de entrevistas semiestruturadas, analisadas qualitativamente e que permitiram às autoras afirmar que houve avanços na participação feminina em cargos do alto escalão de governança, mas que ainda existem entraves e barreiras relacionadas à questão do gênero. “Os resultados mostram um avanço considerável em relação ao empoderamento das mulheres, que estão quebrando paradigmas e deslocando fronteiras”, o que pode ser atestado pela participação em “parte dos altos escalões dos governos desempenhando cargos de prestígio e poder”. Persiste, no entanto, uma “desigual divisão sexual do trabalho doméstico”, a conseqüente “duplicidade do trabalho feminino” e a desconfiança velada traduzida no “alto nível de exigência de desempenho dessas mulheres”, o que indica que muito ainda precisa e deve

ser feito na defesa e consolidação, de fato, da igualdade de gênero no mundo do trabalho, e não só no âmbito da política e do poder.

Na sequência, nossa seção RESENHAS, retomada desde a edição passada, traz a análise de Celeste Deográcias de Souza Bitencourt sobre a obra de Mészáros, *A crise estrutural do capital*, publicada em 2011 e na sua segunda edição, revista e ampliada.¹² A autora dissecou a obra, guardados os devidos limites de publicação no espaço desta revista, ao tratar d'*A natureza da crise contemporânea do capital e os desafios rumo a uma alternativa radical na obra de István Mészáros*, informando sobre a gênese do livro, que reúne ensaios escritos por Mészáros, desde a década de 1970 até o ano de 2009, a partir das conversas com o sociólogo Ricardo Antunes, nas quais manifestava a intenção de materializar em livro aqueles escritos. Na trilha de mergulhar na obra do filósofo húngaro, a autora explicita as análises de *a natureza da crise estrutural que afeta a humanidade* e, a partir do que explicita nessa seção do seu texto, indica as proposições e alternativas apontadas por Mészáros em função d'*a necessidade de elaborar uma teoria geral da transição socialista*. Esses indicativos, escreve ela sobre o que o filósofo húngaro nos lembra, alertam que “há certo limite a que a humanidade possa suportar a decadência e o sofrimento que esse sistema de exploração nos impõe”. Com as intrínsecas e intermináveis crises inerentes ao capital, no seu movimento sociometabólico para se adaptar e se adequar a um controle que é político, social e econômico, para ficar apenas em alguns dos principais âmbitos nos quais opera, seus representantes colocam em curso estratégias que reforçam a “condição de exclusão total, do poder de decisão, das formas de produção e reprodução de nossas vidas”, que persistem e aos quais a classe trabalhadora reage. Assim, escreve a autora, “as manifestações e os protestos sociais desde as do passado, e as atuais que ocorrem em todo o mundo e no Brasil [...] trazem em si o germe do que precisa ser superado”. Entende ela, e está correta, ao afirmar, sem qualquer mitigação, que intuitivamente esses movimentos e processos de tomada de consciência em prática “sinalizam para aquilo que Mészáros vem insistindo ser necessário - uma mudança ‘radical na política’; uma ‘ofensiva socialista’; uma ‘teoria da transição’, que oriente a classe trabalhadora a ir ‘para além do capital’”.

A seção RESUMOS traz quatro das pesquisas submetidas à publicação na revista *Trabalho & Educação*. Concluídas em programas de pós-graduação cujas temáticas têm relação com o campo de pesquisa trabalho e educação, elas nos ajudam a reforçar e consolidar determinados objetos e sinalizam a abertura de lacunas e/ou novas possibilidades de investigação.

Gestão de qualidade: o desafio da contemporaneidade, de Jussara Bueno de Queiroz, é um estudo comparado sobre os gestores e sua relação com a instituição escolar no estado de Minas Gerais e da região do Porto, em Portugal. Segundo a autora, similitudes e diferenças foram encontradas e sua pesquisa demonstrou que as ações do gestor estão muito imbricadas nas dinâmicas culturais próprias de cada escola, diferente do que tem se mostrado em inúmeras pesquisas que buscam culpabilizar a gestão pelos fracassos relacionados às metas estabelecidas. As realidades dos dois

¹² Cf. MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Comejo. 2.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

países colocadas lado a lado, na perspectiva e no contexto apontados pela autora, nos convidam a ampliar nossas possibilidades de pesquisa, considerando os diferentes aspectos que perpassam culturas (apenas escolares?) distintas.

Em seguida, Daniel Marcos Andrade nos apresenta *Projetos identitários de trabalhadores da mineração no contexto da produção flexível*, na qual traz uma discussão bastante interessante sobre o discurso do trabalhador do setor mineral e sua relação com seus próprios interesses, não necessária e explicitamente, voltados para o seu trabalho. Através de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores, o autor buscou saber mais sobre a relação desses discursos com os sonhos, os projetos de vida e as visões de mundo, a relação com o capital, sua concretude no seu modo de trabalhar e vivenciar esse trabalho. A questão da identidade do trabalhador salta aos olhos e, de alguma forma, nos convida a voltar o olhar para a formação humana e de como essa formação participa na materialização dos anseios dos trabalhadores ao longo de suas vidas.

O papel do tutor no ensino a distância, de Estela Vieira Aparecida Oliveira, trata da construção da identidade desse tutor, indagando se ele pode ser considerado um educador. A autora tem, como terreno da pesquisa, o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, na modalidade a distância da UFMG e a indagação leva em conta o tutor enquanto trabalhador do sistema de saúde e enquanto professor universitário. Tendo por objetivo “conhecer o papel do tutor neste curso em relação à construção de sua identidade profissional e saber se existe uma diferença significativa entre as duas categorias”, a autora alerta que “o papel do tutor, da sua identidade profissional, que é de suma importância, devem ser valorizados, como meio de desenvolvimento social e cidadania”, diante das várias vantagens que o ensino a distância propicia, como redução de custos e facilidade de acesso. Chama-nos a atenção para o fato de que a facilidade de acesso e a boa aceitação da modalidade de ensino não devem se sobrepor à preocupação e à atenção efetiva com o papel e a função do tutor, no que diz respeito às suas várias funções de orientação, mediação e acompanhamento do processo educativo na formação profissional em saúde. Para além de reforçar a questão da identidade e aprofundar esse aspecto na direção da formação profissional do trabalhador, a pesquisa, na suas origens institucionais, reunindo programas de pós-graduação brasileiro e francês, e nos seus referenciais e na metodologia, amplia o convite à cooperação entre culturas diversas, sugerida na primeira pesquisa apresentada nesta seção.

Concluindo esta edição, *Cuidar do ofício, para melhor cuidar: uma investigação em Clínica da Atividade junto aos cuidadores de pessoas com deficiência em uma organização privada em Minas Gerais*, de Giselle Reis Brandão, nos apresenta uma pesquisa com os trabalhadores em psicologia a partir de dois objetivos principais: o primeiro trata de investigar “os caminhos metodológicos e seus efeitos no desenvolvimento da atividade de cuidadores de pessoas com deficiência mental, numa organização privada em Minas Gerais”, cuja base tem a Clínica da Atividade e seus recursos metodológicos articulados, em seguida, a intervenções com referências na pesquisa-ação e em elementos da Psicologia Social e da Psicossociologia; e o segundo, em função do primeiro e das ações resultantes dele na investigação, “o de usar

essa experiência em Clínica da Atividade para repensar [a própria] trajetória profissional, colocando no seu centro novas possibilidades do fazer em psicologia do trabalho”. Lançando mão da metodologia histórico-desenvolvimental, do método de instrução ao sócio e estabelecendo uma dialética entre a atividade e o ofício de cuidar, a autora buscou pesquisar como o modo de trabalho utilizado pelos cuidadores de pessoas deficientes mentais tem refletido no desenvolvimento desses pacientes. Na conclusão de sua trajetória de pesquisa, chega à constatação de que “os profissionais investigados estão destituídos de uma referência a um coletivo de trabalho”, uma referência importante do ponto de vista psicológico e social para esses trabalhadores na formulação de alternativas na resposta aos conflitos e à recriação de normas que se mostram carentes de eficiência. Importante ressaltar a observação da autora de que a experiência com a Clínica da Atividade leva a que se repense a trajetória profissional, “colocando no seu centro novas possibilidades do fazer em psicologia do trabalho”.

O(a) leitor(a) perceberá que, em tempos de mobilizações, manifestações e movimentos por reivindicações diversas, sistemáticas, articulados ou não, o conteúdo apresentado por este número da *Trabalho & Educação* evidencia aspectos relacionados à subjetividade social do ser humano e à sua identidade nos vários âmbitos de sua vida como inerentes aos processos de transformação da realidade em que vive, sem perder de vista, obviamente, a objetividade implícita nas suas ações.

Boa leitura a todos(as).

Amanda Aparecida Marcatti¹³

José de Andrade Matos Sobrinho¹⁴

Ailton Vitor Guimarães¹⁵

¹³ Mestranda em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Política, Trabalho e Formação Humana, Graduação em Zootecnia pela UFMG. E-mail: <amanda.marcatti@yahoo.com.br>.

¹⁴ Doutorando em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Política, Trabalho e Formação Humana; Mestrado em Educação pela FaE/UFMG; Graduação em Educação Física pela UFSCar. Professor do Departamento de Educação da UNIMONTES. E-mail: <zeobreiro@yahoo.com.br>.

¹⁵ Doutorando em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Política, Trabalho e Formação Humana; Mestrado em Tecnologia pelo CEFET-MG; Especialização em Lazer e Graduação em Educação Física, ambos pela UFMG. Professor do CEFET-MG. E-mail: <vitor@div.cefetmg.br>.